

QUEM QUER SER PROFESSOR? RODA DE CONVERSA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE OS PRÓS E CONTRAS DAS LICENCIATURAS

WHO WANTS TO BE A TEACHER? DIALOGUE CIRCLES WITH HIGH SCHOOL STUDENTS ON THE PROS AND CONS OF TEACHING DEGREES

Shirley de Lima Ferreira Arantes - Professora Adjunta do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité. Possui doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: shirley.ferreira@uemg.br

Anna Cesária dos Santos - Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ibirité. Foi bolsista do Programa Institucional de Extensão Ações Afirmativas e Relações Étnico-Raciais da Pró-Reitoria de Extensão. E-mail: academico.anna@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda ação extensionista desenvolvida em uma escola da Regional Barreiro (Belo Horizonte, MG), que se propôs em difundir a existência da UEMG para jovens pobres, negros e em contextos de vulnerabilidade social, visando favorecer o seu acesso ao ensino superior, com o objetivo de discutir a visão dos secundaristas sobre as licenciaturas. A intervenção foi estruturada num momento inicial de caráter mais informativo, seguido de roda de conversa com estudantes do ensino médio. Informados de que, na UEMG/Unidade Ibirité, todas as graduações são licenciaturas e, no *campus* Belo Horizonte são ofertados cursos de licenciatura, tecnológicos e bacharelados em design, artes plásticas e música, os jovens revelaram-se frustrados, devido as expectativas sobre bacharelados altamente seletivos e prestigiosos, para os quais contam com a assistência estudantil. Mediante a possibilidade de não ingresso, foi possível constatar suas dificuldades em transpor essas aspirações para ações objetivas na realidade, carecendo de informações para a construção de projetos mais flexíveis. Nesse sentido, os poucos jovens que consideraram as profissões disponíveis na UEMG/Unidade Ibirité e *campus* Belo Horizonte relataram que familiares e amigos são professores, percebendo aspectos positivos da carreira. Esses resultados mostram que suas demandas de escolarização prolongada não se beneficiam da profissionalização compulsória no ensino médio e que a assistência estudantil é um fator central na percepção de autoeficácia para a concretização de seus projetos. Conclui-se que a atração dos jovens para a formação de professores e carreiras científico-tecnológicas em nível superior é um espaço relevante para a atuação da extensão universitária na educação básica.

Palavras-chaves: Roda de conversa. Ensino Médio. Licenciaturas. Universidade do Estado de Minas Gerais.

ABSTRACT

The paper approaches extension actions carried out in a school in Regional Barreiro (Belo Horizonte, MG), aimed at disseminating the existence of UEMG to poor, black youngsters under social vulnerability contexts, and aiming at enabling their access to high school, with the aim of discussing the teaching degrees. The intervention was structured in a more informative character during its initial stage, followed by dialogue circles with high school students. Once informed that, at UEMG/Ibirité Unit, all bachelor's degrees are directed at teaching, and that, in Belo Horizonte, bachelor, technological and teaching degrees such as design, visual arts, and music are offered, youngsters were frustrated, because of their expectations on highly selective and prestigious degrees, for which they can count on school assistance. Faced with the possibility of not entering, it was possible to verify their difficulties to transfer their aspirations to objective actions in reality, lacking information to build more flexible projects. In this sense, the few youngsters who considered the available professions in UEMG/Ibirité Unit and in Belo Horizonte campus reported that families and friends are teachers, realizing positive aspects in the career. These results show that their demands for extended education do not benefit from compulsory professionalization in high school, and that student assistance is a central factor in their perception of self-effectiveness to achieve their dreams. It is concluded that the attraction of youngsters for teachers' education and technological-scientific careers is a relevant space for university extension in basic education.

Keywords: Dialogue circle. High School. Teaching degrees. State University of Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão intitulado: "I Ciclo de Intervenção na Educação Básica: difusão das políticas de acesso e permanência na UEMG", objeto do presente trabalho, foi desenvolvido no âmbito das ações do Programa Institucional de Extensão "Ações Afirmativas e Relações Étnico-Raciais" da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Este programa visa, dentre outros objetivos, criar condições de acesso e permanência bem sucedida no ensino superior da população negra, indígena, do campo, quilombola e de estudantes egressos de escolas públicas. Para tanto, caracteriza-se como um "[...] conjunto articulado de projetos (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, ensino e pesquisa" (FORPROEX, 2007, p. 35).

Nesse contexto, o presente trabalho focaliza uma ação extensionista específica, que foi realizada no ano de 2016. Esta ação consistiu em difundir a existência da UEMG para jovens pobres, negros e em contextos de vulnerabilidade social, com o objetivo de favorecer o prolongamento de suas trajetórias de escolarização, rompendo, muitas vezes, com a reprodução de baixa escolaridade característica da ascendência familiar, por meio da ampliação de seus conhecimentos sobre as universidades públicas, gratuitas e de qualidade existentes no estado de Minas Gerais.

A ação extensionista focalizou o entorno da Unidade Ibirité, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Assim a intervenção foi realizada em uma escola de educação básica na Região do Barreiro, onde desenvolvemos uma intervenção estruturada em dois momentos, o primeiro, de caráter mais informativo, seguido pela abertura de uma roda de conversa com estudantes do ensino médio.

As rodas de conversa são uma metodologia participativa de intervenção psicossocial que, em contextos diversos de promoção de direitos humanos, como na saúde e na educação, possibilitam

uma discussão aberta e direta sobre os assuntos abordados (AFONSO; ABADE, 2008). Essa metodologia coaduna com os objetivos do presente projeto, no sentido de permitir uma interação dialógica entre a universidade e os jovens. Desse modo, tivemos a oportunidade de ser ouvidas pelos estudantes na escola, compartilhando nossos conhecimentos sobre as condições de acesso e permanência na universidade pública, mas, também de ouvir.

Nesse diálogo, os jovens puderam expressar seus saberes, suas expectativas e dilemas em relação ao ensino superior. Na roda de conversa, ao serem informados de que na Unidade Ibirité da Universidade do Estado de Minas Gerais todos os cursos superiores ofertados eram de licenciatura, e, que no *campus* Belo Horizonte a oferta de cursos presenciais abrange licenciaturas, bacharelados em design, artes plásticas e música, e cursos tecnológicos os jovens revelaram-se frustrados.

Logo, emergiram suas expectativas sobre cursos de bacharelado altamente seletivos e prestigiosos, como Medicina e Engenharia, também Direito e Comunicação Social, com amparo da assistência estudantil, revelando-se ansiosos com a proximidade do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desse modo, avaliam que o ensino propedêutico ofertado na etapa final da educação básica contribuiu para a sua preparação para o exame de ingresso no ensino superior.

Em relação às licenciaturas, os jovens detêm informações estigmatizadas. Diversos estudos têm evidenciado o declínio progressivo do interesse dos jovens em ingressar nas carreiras do magistério, como fenômeno multideterminado que envolve, no Brasil, a precarização das condições de trabalho e o baixo prestígio social da profissão docente (ARANHA; SOUZA, 2013; BRANDÃO; PARDO, 2016; CACETE, 2014; MILARE; WEINERT, 2016).

Em relação aos bacharelados em design, artes plásticas e música, os jovens têm dificuldades em associar atividades remuneradas estáveis a essas profissões.

Quanto ao seu interesse pelos cursos de Medicina, Direito e as Engenharias, suas falas nos remeteram à percepção de Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 1075), sobre os projetos de futuro de estudantes secundaristas do Pará com os quais investigaram: “[...] formulações que apareciam mais como um sonho do que uma meta a ser perseguida”. Assim, mediante a possibilidade de não ingresso nos cursos ensejados, os jovens não têm muita clareza sobre os caminhos a seguir em seus projetos de futuro, de modo a realizar suas aspirações.

Para compreender as dificuldades desses jovens em transpor aspirações para ações efetivas na realidade objetiva, nos amparamos em Dayrell (2003, p. 43), e em sua concepção do jovem como sujeito social. Para o autor, os sujeitos “[...] se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem”. E, cada jovem, é “[...] um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém” (DAYRELL, 2003, p. 44).

Na realidade social vivida pela maioria dos jovens brasileiros, a escola transmite informações muito precárias sobre as profissões e carreiras, o que se acentua em relação àquelas mais desejadas pelos jovens, que também não estão disponíveis nos seus outros contextos de socialização, como a família e os amigos próximos.

Os poucos jovens que consideraram as profissões disponíveis na UEMG como possibilidades para suas trajetórias relataram que familiares e amigos são professores, percebendo aspectos positivos da carreira. Nesse grupo, dois jovens conheciam a UEMG, por intermédio de colegas que ingressaram na universidade.

Portanto, essas dificuldades podem ser superadas mediante a democratização de informações sobre as carreiras e profissões, sem despendido do ensino propedêutico na etapa, imprescindível no projeto dos jovens, de ingressar no ensino superior, e na contramão do que preconiza o Novo Ensino Médio.

Nas palavras de Arantes e Peres (2020), a profissionalização compulsória favorecida pela reforma mais recente da etapa, dentre outros retrocessos, aprofunda as dificuldades dos jovens mais pobres em aceder ao ensino superior:

O Novo Ensino Médio reproduz essa dualidade educacional, deixando vulneráveis muitas questões que devem ser respondidas pelos estabelecimentos escolares em parceria com empresas e organizações de ensino EAD. Favorece a inclusão precoce de jovens como aprendizes e estagiários e promove uma retração do papel da escola na orientação profissional (ARANTES; PERES, 2020, p. 125).

Por conseguinte, esse é um espaço relevante para a atuação da extensão universitária na educação básica.

Com base nessas considerações, o presente artigo está estruturado em três seções. A primeira desenvolve aspectos mais teóricos acerca da universidade pública e das tensões que envolvem os cursos de licenciatura. A segunda focaliza aspectos metodológicos do projeto, seguida pela terceira seção, voltada à dinâmica efetiva da atividade extensionista. Por fim, nas considerações finais, o artigo evidencia que, quando os jovens são vistos como sujeitos sociais e suas vozes são ouvidas, a realidade se impõe.

Assim, é fundamental manter em perspectiva que a extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas, como uma concepção de Universidade Cidadã (FORPROEX, 2012). Portanto, mais importante do que levar a cabo um projeto criado dentro da universidade, é preciso de fato, e a cada vez, reconstruir empiricamente o projeto em desenvolvimento, por meio da dialogia.

Desse modo, na confluência das diferentes vozes, a extensão universitária realizada na escola contribuiu para a elaboração de metas mais objetivas nos projetos de futuro dos jovens, por meio da democratização de informações e conhecimentos reservados aos segmentos privilegiados da sociedade, mas, sobretudo, a partir de seus conhecimentos espontâneos.

A seguir, vamos destacar algumas tensões que envolvem a democratização dos cursos de educação superior no Brasil.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: ENTRE BACHARELADOS E LICENCIATURAS

Embora não representassem as camadas mais vulneráveis da população brasileira, os pobres sempre estiveram presentes na universidade. Desde a criação dos primeiros cursos de Direito, em 1827, uma “ínfima minoria” que não qualifica essas faculdades como “[...] instâncias democráticas do ponto de vista do acesso e da permanência” (PORTES, 2006, p. 226).

A outorga do acesso à educação superior a mulheres, pobres, negros e negras, e do desenvolvimento de estratégias para a permanência e inclusão acadêmica de estudantes pobres e cotistas dar-se-á por meio das lutas de forças sociais organizadas, movimentos sociais e instituição de políticas públicas de democratização do ensino superior, que têm ampliado e redistribuído as vagas no ensino presencial (MAYORGA; COSTA; CARDOSO, 2010; MAYORGA; PRADO, 2010; PORTES, 2006; VARGAS, 2008) e expandido o ensino à distância. Nas palavras de Nilma Lima Gomes tais avanços “[...] no campo da política educacional e na construção da igualdade e da equidade mantêm relação direta com as lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos” (GOMES, 2011, p. 120).

Contudo, os avanços do cenário atual não promoveram uma democratização equânime para as diferentes modalidades de graduação. As carreiras mais tradicionais seguem associadas

a determinados cursos de bacharelado e ainda estão restritas aos sujeitos que possuem um volume mais significativo de capital escolar, cultural e econômico (PORTES, 2006). Eles dispõem de habilidades e competências que são valorizadas pelo sistema escolar, até os níveis mais altos, mas que a escola básica não difunde. Estes sujeitos detêm “[...] preciosas informações sobre o sistema educacional e as trajetórias escolares (como, por exemplo, as dicas sobre os cursos e carreiras de maior prestígio e ou retorno financeiro e social, ou com maior espaço no mercado de trabalho)” (VARGAS, 2009, p. 111).

No polo oposto, estão os cursos de licenciatura, cursos tecnológicos e cursos à distância, o presente trabalho focaliza os primeiros.

Associados aos baixos salários e a condições de trabalho precárias, as perspectivas monótonas da carreira docente parecem não atrair e nem reter jovens talentos. De modo geral, esses cursos têm atendido aos anseios de formação no ensino superior de estrato social bastante específico: estudantes oriundos das camadas mais pobres da população; mulheres; negros e negras; e trabalhadores ingressantes no ensino superior em idade tardia (ARANHA; SOUZA, 2013; MAYORGA; COSTA; CARDOSO, 2010; MAYORGA; PRADO, 2010).

Esse perfil se diversifica em função da área do conhecimento do curso e turno da oferta. Assim, as humanidades no período noturno acolhem os sujeitos com maiores desvantagens sociais e culturais, enquanto que os cursos voltados às ciências naturais no período integral acolhem jovens, solteiros e sem filhos. Isto pode ser exemplificado pelo estudo de Milare e Weinert (2016, p. 523), que abordaram o curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Os licenciandos são solteiros e sem filhos, e a maioria “[...] continuou seus estudos logo após a educação básica, provavelmente, em busca de uma formação profissional anterior à constituição de uma família”. Esse perfil é semelhante ao que encontramos entre estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEMG/Unidade Ibirité, ofertado no turno integral (SOUZA; ARANTES, 2018).

Outro aspecto que diversifica o perfil das licenciaturas envolve o fato de que são menos concorridos e, portanto, pouco seletivos. Para aqueles que detêm mais informações sobre a lógica da instituição universitária, discriminando processos como transferência, reopção de curso e ingresso de portadores de diploma, por vezes, a licenciatura se configura em porta de entrada para o sistema de ensino superior, constituindo uma espécie de etapa preliminar para a obtenção do título de bacharel, inclusive em universidades privadas (VARGAS, 2016).

Estudos têm indicado que a crise das licenciaturas parece evidenciar, dentre outras causalidades, saídas e razões, um movimento migratório de sua clientela, possibilitado pela expansão do ensino superior por meio das políticas públicas, por conseguinte, mais inclusivo nos últimos anos. Este movimento se dirige a outros cursos de graduação, educação técnica e tecnológica, tanto no sistema público, que abriga cada vez mais alunos que são os primeiros de sua família a ingressar no ensino superior, quanto no sistema privado, que tendo acumulado capital por meio da oferta de cursos que demandavam poucos investimentos e que acumulavam capital, para depois, progressivamente, abandonar a sua oferta em prol de modalidades mais rentáveis de ensino (ARANHA; SOUZA, 2013; BRANDÃO; PARDO, 2016; CACETE, 2014; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2014; MILARE; WEINERT, 2016).

Diversos autores indicam que, mesmo longínqua, a perspectiva de vir a fazer algum curso superior é manifestada por muitos dos jovens que frequentam o ensino médio em escolas públicas brasileiras. Não são herdeiros culturais das carreiras tradicionais e sua ascendência é historicamente marcada pela pouca escolarização. Este desejo parece ancorado em valores significativos na história familiar, mas, também, na história de vida dos amigos, parentes, vizinhos, e nas trajetórias escolares e profissionais de pessoas próximas (CAIERÃO, 2008; DAYRREL, 2003; LEÃO, 2006; PIMENTA, 2007).

No entanto, para a grande maioria dos jovens, na transição entre a educação básica e a educação superior: “[...] não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão” (ZAGO, 2006, p. 232).

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A ação extensionista abordada no presente artigo faz parte de um projeto mais amplo de pesquisa em interface com a extensão. Para os fins desse artigo, serão demarcadas aquelas etapas diretamente envolvidas no trabalho de campo.

A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DE CAMPO: A ETAPA DA PESQUISA

A primeira etapa do trabalho envolveu o levantamento e a sistematização de dados e informações sobre a política de ações afirmativas praticada na UEMG. Tratou-se, portanto, do desenvolvimento de uma pesquisa, exploratória e descritiva, por meio da técnica da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2007). Foram realizadas consultas ao *site* institucional da UEMG nos meses de julho a agosto de 2016, nas seguintes páginas: notícias; destaques; institucional; ensino; pesquisa; extensão. Por meio destas consultas foi possível identificar as iniciativas desenvolvidas por diferentes instâncias institucionais e selecionar os documentos relacionados, tais como notícias e regulamentos. Foi realizada uma pesquisa documental por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Editais, Boletins e outros documentos divulgados pela Reitoria e Pró-Reitorias, bem como de Resoluções do Conselho Universitário (CONUM) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UEMG, sobre o tema.

A aposta na socialização dessas informações foi respaldada em trabalhos que defendem a democratização da universidade pública para as juventudes alijadas desse contexto (MAYORGA, 2010; PORTES, 2006; VARGAS, 2008; ZAGO, 2006, dentre outros). Também nos apoiamos em princípios da teoria social cognitiva de Albert Bandura (BANDURA; AZZI; POLIDORO, 2008, p. 99) que se baseia em “[...] uma visão da agência humana”, segundo a qual “[...] as crenças que as pessoas têm sobre si mesmas são elementos críticos em seu exercício de controle e agência pessoal”. São destacadas as crenças de autoeficácia, “[...] julgamentos das pessoas em suas capacidades para organizar e executar cursos de ação necessários para alcançar certos tipos de desempenho” (BANDURA; AZZI; POLIDORO, 2008, p. 101). Nesse sentido, o acesso às informações sobre a universidade, os cursos superiores, e as condições e estratégias de permanência, pode favorecer a percepção dos secundaristas de que detêm competências e habilidades úteis para o ingresso e a conclusão do ensino superior, e traçar cursos de ação com esse objetivo.

A partir da organização das informações extraídas desses documentos, foi construído um roteiro em *power point* itemizado nos seguintes eixos: apresentação geral da UEMG, com destaque para os cursos ofertados; modalidades de acesso, com destaque para o vestibular 2017, evidenciando, por exemplo, os livros do processo seletivo; estratégias de permanência, com destaque para programas remunerados, e inclusão acadêmica, com destaque para os programas de extensão e iniciação científica e protagonismo estudantil, por meio da participação em órgãos colegiados da universidade e instâncias próprias.

Modalidades de acesso: destacou-se o Programa de Seleção Socioeconômica (PROCAN), voltado à reserva de vagas nos cursos de graduação, destinadas aos candidatos que fizerem parte de uma das categorias previstas na Lei Estadual 15259 de 27/07/2004: afrodescendentes; egressos de escola pública; portadores de deficiência; indígenas; comprovada carência. As

vagas reservadas são diferencialmente distribuídas entre essas categorias (20% e 5%). O PROCAN também concede isenção da taxa de inscrição aos candidatos que apresentarem renda mensal por pessoa do núcleo familiar no valor de até 1 ½ (um e meio) salário mínimo. O número de candidatos contemplados pela isenção corresponde a 10% (dez por cento) do total de vagas de cada curso.

Estratégias de permanência: destacou-se a bolsa do Estágio Não Obrigatório. Os estudantes que participam do Programa Estágio Não Obrigatório têm a oportunidade de vivenciar experiências relacionadas aos seus estudos sob a orientação de professores. O estágio não obrigatório tem uma duração de seis meses, uma carga horária de 4 horas diárias (20 horas semanais), com uma bolsa R\$ 525,35 + R\$ 149,60 de auxílio transporte. No ano de 2016, a maior parte das vagas foi destinada para os ingressos pelo PROCAN. Este estágio é coordenado pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) que tem como principal objetivo o apoio aos estudantes dos cursos de graduação da UEMG, contribuindo para sua integração psicossocial, acadêmica e profissional, bem como facilitando a sua permanência na Universidade e a conclusão do curso de graduação.

Nesse ponto, é imprescindível registrar que essas informações retratam uma realidade do ano de 2016. O cenário atual apresenta avanços significativos construídos por meio dos debates do movimento estudantil e da gestão superior da instituição com o governo do Estado que devem ser evidenciados. Assim, atualmente, a UEMG dispõe de um órgão estruturado de assistência estudantil, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino, por meio do qual operacionaliza o Programa Estadual de Assistência Estudantil de Minas Gerais (PEAES), que oferece modalidades de bolsas ou auxílios, estratificados em função de características das Unidades como o número de alunos, concedidos por meio da participação dos demandantes em Editais. Embora o valor unitário dos auxílios seja baixo, essa conquista histórica sinaliza a consolidação de políticas concretas de permanência estudantil atualmente existentes na Universidade.

Inclusão acadêmica: nessa seção, designamos a oportunidade de participação em programas formais de Pesquisa e Extensão mantidos com recursos próprios da Universidade e com apoio de órgãos de fomento, considerando os impactos dessas experiências no perfil dos egressos da graduação e a vinculação da iniciação científica à formação pós-graduada. Foram apresentados aos jovens o Programa de Extensão da UEMG (PAEX), que oferece bolsas para o desenvolvimento de projeto de extensão com o intuito de fomentar a participação dos estudantes viabilizando oportunidades de aproximação da universidade e da comunidade. O estudante, juntamente com seu professor orientador, realiza intervenções relacionadas ao seu foco de trabalho. E o Programa de Pesquisa da UEMG (PAPQ), também com auxílio de bolsas, incentiva os estudantes universitários à iniciação científica. O discente, a partir do seu contato com a pesquisa juntamente com seu professor orientador, aprende técnicas e métodos de pesquisa e participa de eventos com apresentação de trabalhos.

Os slides foram preparados como suporte para a apresentação oral da bolsista de extensão, com duração máxima de cerca de 40 minutos.

A RODA DE CONVERSA

Para o momento grupal, optamos pela modalidade roda de conversa (AFONSO; ABADE, 2008), visando uma discussão aberta e direta para o esclarecimento do assunto abordado. A roda de conversa foi escolhida por permitir avaliar se, e como, as informações da apresentação reverberaram para os jovens, e enfatizar as questões levantadas pelo grupo a partir do tema exposto. Nossas hipóteses para as questões orientadoras para essa atividade estão sumarizadas na figura 1.

Figura 1 – Saberes dos jovens sobre a universidade

SABERES DOS JOVENS	Os jovens têm conhecimento sobre seus direitos de acesso e permanência na universidade pública?
	Como a universidade pode trabalhar para que essas informações cheguem aos grupos excluídos?
	Os alunos estão cientes do leque de oportunidades que a universidade oferece?
	Eles estão cientes do poder de escolha entre ir ou não para a universidade?
	Sabem quais são as vantagens e os ônus em frequentar uma academia?

Fonte: Autoria própria, 2016.

Com essa preparação, entramos em contato com a escola.

A ESCOLA PARCEIRA

Foi selecionada uma escola localizada na Regional do Barreiro, Belo Horizonte (MG), que valoriza uma cultura de preparação dos jovens para o ensino superior em parceria com a Educafro Minas. Foi realizada uma visita à escola onde o projeto foi apresentado ao diretor e professor envolvidos com a temática, que demonstraram interesse e disponibilidade providenciando o espaço e *data-show*, acenando com a possibilidade de diversas datas para atividade e solicitando sua extensão a outras turmas.

No dia agendado, cerca de trinta jovens de ambos os sexos estiveram presentes. O diário de campo foi o instrumento de registro escolhido, realizado pela bolsista, e, também, pela coordenadora do projeto.

A partir desses materiais, a seção seguinte apresenta e discute, à luz da literatura de referência e em uma perspectiva qualitativa, aspectos relevantes da roda de conversa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudantes participaram com atenção e interesse da apresentação realizada pela bolsista, envolvendo-se na roda de conversa. Apenas dois estudantes relataram conhecer a UEMG, por meio de informações socializadas por parentes e/ou amigos que ingressaram na instituição.

Dentre as diversas informações constantes da apresentação inicial, os aspectos mais centrais da roda de conversa evidenciaram a demanda dos jovens em esclarecer dúvidas sobre as condições de permanência na universidade para a obtenção de títulos mais prestigiosos. De um modo geral, os estudantes apresentaram interesse pelo curso de Medicina e pelas Engenharias, mas, também, interesse pelo Direito e pela Comunicação Social. Porém, as informações sobre as localidades em que esses cursos são ofertados pela UEMG, em cidades distantes de Belo Horizonte (MG), por exemplo, Passos, Frutal, João Monlevade e Ituiutaba, frustraram os jovens, preocupados com recursos e condições materiais para a locomoção, estadia e alimentação enquanto estiverem cursando a universidade.

Essa percepção de desamparo poderia ser minorada por meio da consecução mais estável de assistência estudantil. Assim, a existência da Fundação Mendes Pimentel (FUMP) configurou um fator importante na decisão dos jovens de concorrer a vagas da Universidade Federal de

Minas Gerais (UFMG). Segundo Vargas (2008, p. 30) a UFMG é pioneira na oferta de assistência estudantil, e, para os estudantes de baixa renda, o apoio da FUMP é “[...] essencial, para assegurar sua permanência na universidade até a conclusão da graduação e obtenção do diploma”.

Conforme dito anteriormente, a assistência estudantil é um cenário real hoje na UEMG, porém, atrelado à disponibilidade de recursos orçamentários do Estado, sem percepção contínua dos auxílios concedidos por meio de Editais, e com valores baixos.

Focados na proximidade do ENEM e sentindo-se pressionados pelas expectativas de aprovação dos pais e dos professores, os jovens tiveram dificuldades de falar sobre seus futuros caso não fossem aprovados no vestibular, decisão a ser tomada junto com a família: “trabalho ou cursinho, tem de ver com a minha mãe”. E, provocados pelas moderadoras da roda, não consideraram que as licenciaturas pudessem ser uma segunda opção, um passo inicial nessa trajetória.

Assim, percebemos o desinteresse dos jovens pelos cursos de licenciatura ofertados pela instituição, confirmando a pesquisa de Brandão e Pardo (2016) sobre o crescente desinteresse dos jovens em ingressarem nas licenciaturas devido às condições de trabalho do professor, desprestígio social da carreira docente e baixo salário. Contudo, uma parcela menor de jovens considerou que as licenciaturas são uma opção viável para as trajetórias biográficas.

Seus relatos estavam fundamentados na convivência com pessoas que já cursaram licenciaturas e estão inseridas no mercado de trabalho, como parentes e amigos próximos. Esses jovens consideraram a docência uma atividade relevante e interessante, e destacaram aspectos como a possibilidade de realizar concursos, de conseguir uma inserção mais estável no mercado de trabalho, bem como maior disponibilidade de vagas para os estagiários e egressos: “em todo lugar tem uma escola”. Destacaram também aspectos associados à carreira, como pós-graduação.

Nesse sentido, seus pontos de vista são menos estigmatizados em relação à profissão docente, pois são relativizados pela identificação de dimensões positivas da atividade, e em contraste com atividades em que se verifica uma precarização ainda maior: “ganha mais que caixa de supermercado”; “minha prima é concursada e nunca foi demitida”.

Em relação aos bacharelados em *design*, música e artes plásticas, os estudantes evidenciaram desconhecimento de suas habilitações, dos objetivos dessas formações, e do mercado de trabalho em que os egressos se inserem: “o que faz um *design*?”; “existe faculdade de música?”.

Foi observado o estresse e a ansiedade dos estudantes quanto à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que estava próximo. Os adolescentes sentem-se pressionados pela família e pela sociedade a escolherem suas carreiras profissionais ou cursos superiores.

Nesse sentido, avaliam que o curso do ensino médio contribuiu para a sua preparação para o ingresso no ensino superior, o que poderia ser mais investido, pois a etapa não se resume a essa função. Assim, refletiram que a escola não é um cursinho preparatório, e que outros conhecimentos construídos no ensino regular também são importantes: “a escola prepara pra vida”; “aqui é diferente da particular”.

Ao mesmo tempo, isso não elimina sua necessidade de acessarem informações historicamente reservadas aos segmentos favorecidos, e, nesse sentido, a participação no encontro foi interessante, para que conhecessem “informações mais precisas” sobre a universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foi possível refletir sobre uma cultura de direitos humanos em que os jovens são vistos como sujeitos sociais, e suas vozes são ouvidas. Assim, é tarefa da universidade conceber projetos de qualidade para a extensão universitária, com fundamentos teóricos, objetivos definidos, e estruturação metodológica. Porém, todo projeto verdadeiramente calcado na

dialogia e nas trocas de saberes, deve ser reconstruído na empiria, envolvendo as necessidades da comunidade, numa confluência de vozes entre o científico e o popular.

Nessa direção, a roda de conversa evidenciou que a demanda dos jovens de democratização de informações úteis para as escolhas das carreiras e das profissões no ensino superior, bem como para a construção de projetos de futuro mais flexíveis, é suportada pelo ensino propedêutico, que outorga a sensação de preparo para o vestibular, diferindo radicalmente de perspectivas de profissionalização compulsória no ensino médio.

Além disso, a roda de conversa mostrou também a importância da assistência estudantil para a crença de autoeficácia dos jovens das camadas populares em relação às possibilidades de permanência na universidade, conclusão do curso superior e obtenção de diploma.

No presente trabalho, enfatiza-se que essa percepção de si não diz respeito apenas a faculdades individuais dos sujeitos, pois, as motivações, os interesses e as atividades são realizados por meio de condições materiais objetivas de existência. Desse modo, a assistência estudantil incide positivamente na construção da autoeficácia por minorar desvantagens historicamente acumuladas pelas famílias de jovens pobres em uma sociedade tão profundamente desigual como a brasileira.

Entendemos que o desestímulo em relação à carreira docente somente será resolvido a partir do investimento em melhores condições de trabalho do professor, com salários justos, carga horária adequada e formação continuada, materiais didáticos de qualidade e infraestrutura adequada nas escolas.

Ao mesmo tempo, a atração de jovens talentosos para as carreiras científico-tecnológicas e para a carreira docente é uma demanda urgente do País, para o ensino de ciências e humanidades, para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador. Esse é um espaço relevante para a extensão universitária na escola. Portanto, há muito que se avançar no processo de garantia do direito à educação para todos, aproximando a universidade pública e a educação básica.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia de Mirando; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; SOUZA, João Valdir Alves de. As licenciaturas na atualidade: nova crise? **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 50, p. 69-86, out-dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000400006>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ARANTES, Shirley de Lima Ferreira; PERES, Simone Ouvinha. Iniciação Científica no Novo Ensino Médio: desafios para a superação de antigos problemas. *In*: MUCH, L. N.; CENTA, F. G.; KRUGER, K. (org.) **Novo Ensino Médio: desafios administrativos, estruturais pedagógicos para sua implementação**. Rio de Janeiro: Libroe, 2020. p. 99-135. Disponível em: http://dx.doi.org/10.35417/978-65-991247-2-3_99. Acesso em: 1 dez. 2021.

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; POLYDORO, Soely. **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRANDAO, Denise Freitas; PARDO, Maria Benedita Lima. O interesse de estudantes de pedagogia pela docência. **Educ. Pesqui.**, v. 42, n. 2, p. 313-329, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201606142126>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educ. Pesqui.**, v. 40, n. 4, p. 1061-1076. abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014005000011>. Acesso em: 15 jul. 2016.

CAIERÃO, Iara Salete. **Jovens e escola: trajetórias, sentidos e significados: um estudo em escolas públicas de ensino médio.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Políticas da igualdade racial no Ensino Superior. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 5, p. 31-44, 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 31-48, 2006.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MAYORGA, Cláudia (org.) **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MAYORGA, C.; COSTA, F. C. S.; CARDOSO, T. L. Universidade pública no Brasil: entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, C. (org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 19-45.

MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. Democracia, instituições e a articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, C. (Org.) (2010). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 46-70.

MILARE, Thatiane; WEINERT, Patrícia Los. Perfil e perspectivas de estudantes do curso de licenciatura em química da UEPG. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 522-529, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0100-4042.20160022>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PIMENTA, M. **“Ser jovem” e “ser adulto”:** identidades, representações e trajetórias. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PORTES, Écio. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, P. C.; ARANTES, S. L. F. **O que pensam os estudantes da licenciatura sobre Ciência e Tecnologia?** Relatório de Pesquisa, PAPq/UEMG-PIBIC/UEMG/FAPEMIG, 2018 (*mimeo*).

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Formação e inserção profissional do pedagogo:** o panorama histórico desta carreira e os egressos do curso de Pedagogia presencial da Faculdade

de Educação da UFMG. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola. **Cadernos de Educação**, v. 32, p. 105-122, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.voi32.1682>. Acesso em: 15 maio 2016.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira Educação**, v. 11, n. 32, p.226-237, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Data de recebimento: 16/02/2021

Data de aceite para publicação: 16/03/2021